

SOMOS PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES DAMOS ROSTO AO FUTURO!





EDITORIAL

António Lucas, Presidente do SPRA

Em defesa dos docentes dos Açores

Este é o último ano de mandato da atual Direção. O presente mandato trouxe importantes vitórias para os docentes em exercício nos Açores, como a uniformização dos horários de trabalho e das reduções da componente letiva por idade e antiguidade para todos os níveis e ciclos de ensino, a recuperação do tempo de serviço perdido nas transições entre carreiras, o reconhecimento do desenvolvimento da carreira num período máximo de 34 anos e a recuperação do tempo de serviço congelado, independentemente do sistema educativo português em que é prestado.

Os desafios que se colocam ao mundo sindical são imensos: uma conjuntura de guerra na Europa e Médio Oriente, o rearmamento da União Europeia e a deslocação de verbas do setor social para o da “defesa”.

A conjuntura política na Europa também apresenta dados preocupantes de avanços da extrema direita, o esvaziamento dos partidos de esquerda nos parlamentos europeus e os partidos socialistas e sociais democratas com tendência para deixarem de ser partidos de poder.

A próxima Direção do SPRA irá enfrentar uma conjuntura regional marcada pela falta de liquidez

financeira do Governo e, certamente, pela vontade política de desfazer alguns dos ganhos obtidos pelos docentes a exercer nos Açores, o que não de ter uma forte oposição do SPRA.

Como tem sido sempre seu apanágio, no passado e no presente, o SPRA irá encontrar a forma de mobilização dos docentes para os desafios que lhe serão colocados e continuará, intransigentemente, a defender a classe docente a trabalhar nos Açores e uma escola pública de excelência. ●

Os desafios que se colocam ao mundo sindical são imensos: uma conjuntura de guerra na Europa e Médio Oriente, o rearmamento da União Europeia e a deslocação de verbas do setor social para o da “defesa”.

SPRA S
informação.ano XVI.n.º89,setembro.2025

FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Antónia Coelho | Rui Teixeira |

João Natal | Filipe Campos |

António Dutra | Paula Decq Mota |

Ana Peixoto

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.250 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep. Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios

do SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPRÁ:

Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14

9580-533 Vila do Porto

tel: 296 882 118

smaria@spra.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, n.º 10, 3.º

9500-310 Ponta Delgada

tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698

smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova n.º 21, Sta Luzia

9700-130 Angra do Heroísmo

tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607

spraterceira@spra.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, n.º 22

9880 Santa Cruz Graciosa

tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886

graciosa@spra.pt

S. JORGE

Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N

9800-549-VELAS

tel: 961 608 587

sjorge@spra.pt

FAIAL

Rua da Vista Alegre, fração V/W

9900-071 HORTA

tel: 292 292 892

faial@spra.pt

PICO

Rua Comendador Manuel Goulart Serpa, n.º 5

9950-302 Madalena do Pico

tel: 292 623 000

pico@spra.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C

9970-332 Sta Cruz das Flores

tel/ fax: 292 592 976

flores@spra.pt



SPRA dá nota negativa à alteração ao regulamento de concursos do pessoal docente

dão resposta às necessidades do sistema educativo, nas unidades orgânicas mais carenciadas”.

A Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores considera que a proposta de alteração ao Regulamento de Concursos do Pessoal Docente não resolve nenhum dos principais problemas que o sistema educativo público enfrenta:

- Não resolve o problema estrutural da falta de docentes, embora se reconheça que esse problema não possa ser imputado, em exclusivo, ao atual Governo,
- Nem resolve as assimetrias na distribuição de pessoal docente entre as diferentes ilhas.

A presente proposta, ao introduzir uma modalidade de candidatura por cinco anos, contribui com mais um elemento de distorção da graduação profissional na seriação dos candidatos. O Sindicato recorda que, no passado, o principal partido que sustenta o Governo, enquanto elemento da oposição, criticou, à semelhança desta estrutura sindical, a modalidade de candidatura por três anos implementada pelos Governos que o antecederam.

A fixação de docentes nas ilhas atrás referidas pretende ser implementada com a articulação da modalidade de candidatura por cinco anos e os incentivos previstos na Portaria n.º 234/2025. E destaca: “Previsivelmente, esta iniciativa estará condenada ao insucesso, sobretudo pelas seguintes razões:

- Os incentivos propostos não são minimamente atrativos para uma efetiva fixação dos docentes;
- O modelo pelo qual o Governo optou cria situações discriminatórias na mesma ilha, na mesma escola e no mesmo grupo de recrutamento;
- Tendo em conta a falta de recursos humanos, inúmeros docentes preferem manter-se como contratados na sua ilha de residência, ao invés de ficarem no quadro de outra ilha;

A Direção do SPRA tem feito um esforço de divulgação junto dos seus associados, dos docentes, em geral, da comunidade educativa e da opinião pública regional do seu parecer à anteposta de alteração ao regulamento de concursos do pessoal docente apresentada a 13 de fevereiro passado.

A tomada de posição sindical está organizada em duas partes. Na primeira, faz uma apreciação na generalidade. Na segunda, destaca as suas opiniões já numa perspetiva de especialidade, concluindo com uma avaliação globalmente negativa da anteposta.

Na generalidade

O SPRA refere, logo de início, que “a presente proposta deve ser lida de forma conjugada com a Resolução do Conselho do Governo n.º 33/2025, de 11 de fevereiro, e com a Portaria n.º 234/2025, de 14 de fevereiro, que não foram objeto

de processo negocial. Desta forma, serão mais perceptíveis as intenções do legislador relativas ao combate à deficiente distribuição de pessoal docente nas escolas públicas da Região.”

Mais adiante, pode ler-se:

“As referidas Portaria e Resolução, articuladas com as alterações ao regulamento de concurso do pessoal docente, parecem pretender dar um sinal político de que o Governo apresenta medidas para colmatar a falta de docentes nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo, mas, efetivamente, pretendem esvaziar o conteúdo do Capítulo XI do ECD, Incentivos à Estabilidade, que apresenta soluções garantidamente mais eficazes e mais justas”.

Acrescenta o Sindicato que, assim, se “ignora a posição expressa pela generalidade dos docentes da Região, à qual o SPRA tem dado voz, de que os incentivos devem incluir todos – os docentes que vão, mas também os que já

• É residual o número de docentes disponíveis para cumprir, fora da sua ilha de residência e com os incentivos propostos, o ano de colocação, sendo esse número muito inferior quando se considera um período de cinco anos”.

Na perspetiva do SPRA, “as distorções na distribuição de recursos humanos na área da docência poderiam ser colmatadas pela conjugação da abertura de vagas decorrentes de afetações sucessivas durante três anos e que não correspondam a situações de exercício de cargos eleitos, requisições, mobilidade por condições específicas ou mobilidade interna no Continente, com a implementação de verdadeiros incentivos pecuniários já previstos no Estatuto da Carreira Docente e de juros bonificados na aquisição de primeira habitação por um período de quinze anos”.

“Consideramos, ainda, a pertinência de se ter em conta as reduções da componente letiva por idade e antiguidade, reivindicação antiga do SPRA, para o apuramento de vagas nas escolas públicas da Região”, conclui.

NA ESPECIALIDADE

O SPRA discorda das alterações da calendarização propostas,

O Governo parece querer dar um sinal político, apresentando medidas para colmatar a falta de docentes nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo, mas, efetivamente, pretende esvaziar o conteúdo do Capítulo XI do ECD/Incentivos à Estabilidade, que apresenta soluções garantidamente mais eficazes e mais justas.

nomeadamente, pela possibilidade de coincidências com as interrupções letivas do Carnaval e/ou Páscoa, bem como os prazos dos procedimentos administrativos previstos nas várias modalidades de concurso.

O Sindicato considera que “o

impedimento de concorrer à afetação, no ano de colocação em quadro de escola ou de ilha (neste caso com a obrigação de concorrer no âmbito dos requisitos do quadro de ilha) não resolve o problema da fixação, apenas o adia.”

Por outro lado, na perspetiva do SPRA, “a mobilidade de um quadro de ilha para outro quadro de ilha não devia determinar a extinção da primeira vaga.”

Noutra passagem, a tomada de posição sindical sublinha que “os docentes do privado, bem como os docentes que já concluíram a sua profissionalização em tempo útil para se candidatarem ao concurso externo, deveriam poder concorrer ao quadro de ilha, mesmo que numa prioridade diferenciada dos demais candidatos.”

Finalmente, “consideramos que os candidatos aos quadros de ilha devem ser obrigados a manter-se em lista centralizada de contratação até à segunda colocação da referida lista”.

E conclui, sem hesitações: “A Direção do SPRA dá um parecer globalmente negativo à proposta em apreço”. •

Nota final: o parecer do SPRA foi aprovado pela Direção no passado dia 2 de maio de 2025.

A criação de um quadro regional de pessoal docente não traz um benefício
Introdução do quadro de ilha tem demonstrado ser um mecanismo eficaz de combate à precariedade

O Sindicato dos Professores da Região Açores considera que a criação de um quadro regional de pessoal docente não traz um benefício objetivo, nem para o sistema educativo público regional, nem para os docentes em exercício de funções na RAA, e constitui uma instabilidade constante na sua vida.

O SPRA considera que a introdução do quadro de ilha, em 2021, tem demonstrado ser um mecanismo eficaz de combate à precariedade docente, combate este, pelo qual o SPRA sempre se debateu, e um garante de estabilidade profissional e pessoal, pelo facto de oferecer a possibilidade de permanência na ilha a cujo quadro o docente pertence, sem nunca esquecer que esta estrutura sindical considera o quadro de escola como o quadro por excelência.

O Sindicato vê com preocupação a criação de um quadro com dimensão superior a 500 km, numa região arquipelágica, na qual a mobilidade das pessoas é garantida, apenas, por serviços aéreos.

Acresce o facto de que a criação desta nova tipologia de quadro, para além de poder vir a subverter o sistema educativo, pela não abertura de vagas em

quadro de escola, poderá, também, vir a ser um mecanismo de redistribuição de docentes para as ilhas mais periféricas, o que, de forma impositiva, introduzirá um grau de incerteza e destabilização na vida pessoal e familiar, bem como profissional, dos/das docentes.

Complicar em vez de simplificar...

Segundo o SPRA, a introdução deste novo quadro regional torna excessivo e desnecessariamente complexo um modelo de concursos que se pretende simples e eficaz. Acresce, como o Sindicato já identificou na anterior reunião negocial, que a proposta de criação dos quadros regionais não garante a vinculação a todos os docentes que reúnem as condições previstas.

O SPRA não compreende que as normas de afetação administrativa para os docentes não colocados pelo concurso interno de afetação que, futuramente, estejam vinculados a um quadro regional não tenham sido divulgadas aquando da apresentação da anteproposta, nem até à data, uma vez que a redação dessas normas poderá constituir-se como mais um fator de instabilidade.

Em atenção às reais necessidades dos alunos na Região

Perante estes elementos e considerações, o SPRA reitera que a estabilidade dos docentes e do Sistema Educativo Público Regional exige a abertura do número de vagas em quadro de escola que corresponda às reais necessidades dos alunos nos Açores. Nesse sentido, é objetivo concluir-se que o mecanismo já anteriormente apresentado pelo SPRA se reveste de maior eficácia neste desiderato: “conjugação da abertura de vagas decorrentes de afetações sucessivas durante três anos e que não correspondam a situações de exercício de cargos eleitos, requisições, mobilidade por condições específicas ou mobilidade interna no Continente” (Parecer do SPRA – ANTEPROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE CONCURSOS DO PESSOAL DOCENTE APRESENTADA A 13 DE FEVEREIRO, p.3)

Embora a segunda proposta concretize uma evolução positiva quanto ao impedimento de os docentes em exercício de funções fora do Sistema Educativo Público Regional concorrerem aos quadros de ilha, a nova redação não resolve, por inteiro, o problema já por diversas vezes identificado pelo SPRA. Assim, a tomada de posição sindical reitera que a solução mais justa, tanto para os docentes, como para

o sistema, passa por exigir aos candidatos aos quadros de ilha que se mantenham em lista centralizada de contratação apenas até ao momento em que for pública a segunda colocação da referida lista. Acresce a necessidade de permitir a candidatura aos docentes que acabaram de concluir a sua profissionalização.

Docentes excedentários...

Finalmente, o Sindicato não pode concordar com a proposta apresentada quanto aos docentes excedentários. Num momento em que a falta de docentes é generalizada, em quase todos os grupos de recrutamento, será inoportuno introduzir, agora, este conceito, com novos deveres legais. Em particular, considera o Sindicato que, uma vez que não se propõem critérios objetivos e verificáveis para a determinação dos grupos disciplinares e das escolas com docentes excedentários, os critérios para tal serão, em nosso entendimento, meramente políticos, em função de interesses que podem não coincidir com os do Sistema Educativo Público Regional, designadamente com os dos alunos, dos docentes e das escolas. ●

QUADRO REGIONAL:

O SPRA vê com preocupação a criação de um quadro com dimensão superior a 500 km, numa região arquipelágica, na qual a mobilidade das pessoas é garantida, apenas, por serviços aéreos.

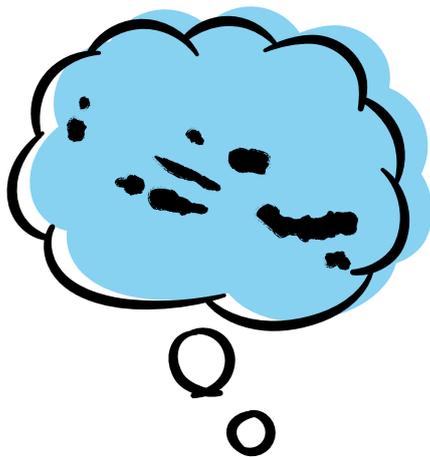


Na reunião suplementar de negociação, solicitada pelo SPRA, a SRECD apresentou nova proposta onde já não consta a criação do Quadro Regional em todos os Grupos de Recrutamento. O SPRA, opositor desde sempre à criação desta tipologia de quadro, congratula-se com esta decisão.



Concursos que adiam a resposta que é urgente...

Uma proposta de Regulamento de Concursos que não contribui para atrair docentes para a Região: assim se pode resumir a proposta de Regulamento de Concursos da tutela.



Sem dúvida que o maior problema que o Sistema Educativo Regional enfrenta, no presente e a médio ou mesmo a longo prazo, é a falta de docentes. Numa profissão habituada a “andar com a casa às costas”, a estabilidade profissional numa escola é um instrumento de relevo para atrair professores e educadores. Não é o único, mas, sem dúvida, é fundamental. Por isso, o Regulamento de Concursos seria o mecanismo privilegiado para dar segurança a quem já está na Região, mas, também, para atrair outros que possam contribuir para resolver este problema. Ora, não foi esse o entendimento da tutela... Apesar de, durante o processo negocial, ter havido evolução positiva nalgumas matérias, o balanço global feito pelo SPRA continua negativo.

A negociação do Regulamento de Concursos deve ser analisada em conjunto com a proposta de incentivos à fixação imposta pela tutela, e que o SPRA desde o início chamou de apoios à deslocação e alojamento. Mesmo assim, é preciso ter presente que estes apoios serão muito limitados e insuficientes. Como o governo regional bem sabe, deveria ter sido aberto, obrigatoriamente, um processo negocial, o que não aconteceu. Assim, a tutela preferiu um mero apoio à deslocação, em vez de implementar os mecanismos que, verdadeiramente, se podem constituir como incentivos à fixação de pessoal docente, previstos no ECD. A isto, acresce a discriminação de docentes do mesmo grupo de recrutamento, da mesma escola e da mesma ilha – facto que é inaceitável.

Há 4 anos que o SPRA sinalizou, à, então, SRE, a necessidade de melhorar o diploma de Concursos, aperfeiçoando a redação de alguns artigos e preenchendo algumas lacunas detetadas. Entretanto, a evolução da realidade provou também ser necessário abrir o número de vagas em quadros de escola que correspondam às suas reais necessidades. Contudo, não foi isso que aconteceu.

As alterações são profundas e estruturais: subversão da ordenação através da graduação profissional e ultrapassagens de docentes, com a introdução de prioridades por 5 anos; novas obrigações para os docentes que a tutela considerar como excedentários; e impedimento da candidatura à afetação, para o primeiro ano no quadro e no ano de colocação.

Acresce que a não criação de um mecanismo que permita a abertura do número de vagas que corresponde às reais

necessidades das escolas manterá na instabilidade, durante largos anos, perto de mil docentes que, todos os anos, têm de concorrer à afetação ou à contratação.

Salienta-se como positiva a eliminação da criação de quadros regionais, que chegou a ser proposta pela SRECD, durante este processo negocial, como mecanismo de vinculação dos docentes em contrato a termo. Esta solução foi substituída por mais um mecanismo para abertura de quadros de ilha, que se soma ao já existente: abrirá vaga em QI quando um docente exercer, durante 3 anos completos e sucessivos, em escolas da rede pública regional, no grupo de recrutamento do último contrato do docente. Contudo, como o SPRA tem insistido com a tutela, a resposta passa por abrir as vagas em quadros de escola que correspondam às reais necessidades destas e atribuir verdadeiros incentivos à fixação, para todos os docentes – os que vão e os que estão – nas ilhas mais carenciadas.

O SPRA tem defendido que a abertura de vagas na afetação durante 3 anos sucessivos deve originar uma vaga em quadro de escola e que a mudança de um docente entre dois quadros de ilha não deve resultar no encerramento dessa vaga, porque não desapareceu o motivo que lhe deu origem. Como a tutela já reconheceu, estas propostas permitiriam abrir, para o próximo ano escolar, mais de 100 vagas em quadros de escola e quadros de ilha. Se isso não é um contributo para resolver a falta de professores, o que será?

Para além de todos estes aspetos que lançam preocupações, há outro que causa espanto: numa altura em que a falta de professores é generalizada, a tutela pretende criar uma obrigação para mover os que considera serem excedentários, sem sequer estabelecer os critérios que definissem o número de professores a mais. Ou seja, esta será uma decisão de carácter exclusivamente político, sem qualquer ligação à realidade das escolas. Ora, não estaremos apenas a um pequeno passo de tornar possível a mudança de vínculo de um quadro de escola que a tutela, politicamente, decidiu ser excedentário, para um quadro de ilha?

Como os docentes afirmaram nos plenários do SPRA, e que esta estrutura transmitiu à tutela, é objetivo concluir-se que estas propostas de alteração não resolverão dois dos principais problemas que o sistema educativo público regional enfrenta: a falta de docentes e as assimetrias na distribuição destes, entre as diferentes ilhas! ●



3 perguntas ao Presidente do SPRA

José Paulo Oliveira, Jornalista



1

Em termos gerais, quais as perspetivas da Direção do SPRA para este novo ano letivo? Que podem esperar os professores e os educadores e, também, as escolas? Quais são, neste momento, as principais preocupações do Sindicato?

Podemos dizer que a principal preocupação da Direção são as alterações que, certamente, ocorrerão na República, com efeitos perniciosos previsíveis na Região Autónoma dos Açores. Falo, concretamente, da provável revisão constitucional, da anunciada reforma do Estado e, no que diz respeito estritamente à profissão docente, da intenção de integração da carreira docente na tabela única da Função Pública e consequente descaracterização e extinção da discriminação positiva deste corpo especial da Função Pública.

Admitindo que o Governo da República não deixará estes temas para o fim da legislatura, e sem conhecermos a extensão do acordo que parece existir com André Ventura, devemos esperar que o próximo ano letivo seja um ano de luta em torno destes assuntos tão determinantes para as nossas vidas. ●

2

No âmbito da intervenção sindical, quais são as prioridades para os próximos meses? Que ações estão previstas?

Os dois grandes temas que estarão na ordem do dia, previsivelmente, até ao final do ano civil, são as alterações ao regime de concursos do pessoal docente e o reconhecimento retroativo do tempo de serviço prestado em valência de creche, nos anos escolares anteriores a 2023/2024.

No primeiro caso, as alterações de fundo propostas pela tutela não vão, minimamente, ao encontro das propostas do SPRA para se colmatarem as necessidades de pessoal docente em determinados grupos de recrutamento ou a desigual distribuição de recursos humanos no arquipélago. São introduzidos novos mecanismos de perversão da graduação profissional e meros apoios a deslocação, ao invés de verdadeiros incentivos à fixação por nós preconizados. O referido diploma deverá ir a plenário da ALRAA, para votação, provavelmente no plenário de dezembro, já que o de novembro será exclusivamente para aprovação do Orçamento de 2026.

No segundo caso, trata-se de uma iniciativa legislativa do Partido Socialista que dá seguimento a uma petição promovida pelo SPRA, com o objetivo do reconhecimento da totalidade do tempo de serviço em creche para efeitos de carreira, quando os docentes transitam para o ensino público. A referida iniciativa deverá baixar a plenário da ALRAA nos plenários anteriores ao da discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2026. ●

3

Que balanço fazes do 15.º Congresso Nacional dos Professores e da participação do SPRA nessa assembleia magna da FENPROF, realizada em maio passado?

O 15.º Congresso Nacional dos Professores foi, mais uma vez, a demonstração do poder da maior e mais representativa estrutura sindical de docentes do País, pela capacidade de intervenção, pelas seis centenas de participantes, pela realização do Seminário Internacional, com representação de sindicatos de vários países e continentes, e pela constante reinvenção, nomeadamente, com soluções consensuais nas lideranças.

Na sequência deste Congresso, o SPRA mantém dois Secretários Nacionais, quatro Conselheiros Nacionais e a Presidência do Conselho de Jurisdição. ●

SPRA na assembleia magna da FENPROF Um Congresso apontado à valorização da profissão docente

Com 32 delegados em representação das 9 ilhas, o SPRA participou, de forma empenhada, no 15.º Congresso Nacional dos Professores, realizado nos passados dias 16 e 17 de maio, em Lisboa. “Valorização, já! Por uma Profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade” foi o lema que presidiu aos trabalhos.

Foram definidos os eixos fundamentais da intervenção sindical para o triénio 2025-2028. Presentes no Fórum Lisboa 662 delegados inscritos, oriundos de todos os distritos do continente e regiões autónomas, bem como do estrangeiro, representando todos os níveis de educação e ensino e os profissionais da investigação.

A assembleia magna da FENPROF aprovou as orientações para a ação sindical e elegeu os novos órgãos de direção, a começar pelos Secretários Gerais, José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves.

Num momento em que a falta de professores se agrava, o Congresso reiterou a necessidade de valorização da profissão docente como medida estruturante para a resolução do problema, pelo que, para a FENPROF, a revisão do Estatuto da Carreira Docente é a prioridade da sua ação junto do Governo. A grande assembleia reunida no Fórum Lisboa foi um congresso representativo dos docentes e investigadores portugueses, que, durante dois dias, debateram matérias fundamentais que marcam a vida profissional dos professores e o dia-a-dia das escolas e das instituições de ensino superior e de investigação, propondo caminhos e soluções objetivas para responder aos problemas, como se destaca na Resolução sobre Ação Reivindicativa, um documento fundamental para o qual, desde já, chamamos a atenção dos nossos leitores (versão integral em www.fenprof.pt).

Após a atuação da Orquestra do Agrupamento de Escolas Luís António Verney e do desfile das bandeiras dos 7 sindicatos que constituem a FENPROF em direção à tribuna, seguiram-se várias intervenções, anunciadas por Manuela Mendonça, à data, Presidente do Conselho Nacional. Os delegados e convidados ouviram a mensagem gravada em vídeo pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e as intervenções de José Feliciano Costa (saudação em nome do sindicato anfitrião, SPGL); de David Edwards, Presidente da Internacional de Educação/IE; da embaixadora da Palestina, Rawan Sulaiman, e a intervenção de abertura do Congresso, do então Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira. O Congresso também lembrou e homenageou os dirigentes sindicais que faleceram neste último mandato.

Alteração aos Estatutos

O 15.º Congresso Nacional dos Professores analisou, debateu e votou algumas propostas de alteração aos Estatutos. Em foco estiveram também as propostas de Programa de Ação para o próximo triénio. Sob o lema “Valorização, já! Por uma Profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade”, proposto pelo Secretariado Nacional e subscrito pelos sete sindicatos constituintes da FENPROF, o Programa viria a ser aprovado por unanimidade e aclamação.

“A educação, incluindo o ensino, e também a ciência”, destaca o documento, “são áreas essenciais ao desenvolvimento e ao progresso do País que, no entanto, vivem problemas que resultam do fraco investimento público que lhes é atribuído. Num caso como no outro, os valores inscritos nos orçamentos do Estado ficam pela metade do que é recomendado pelas organizações internacionais que intervêm nestas áreas. O Estado central

tem desenvolvido estratégias para aligeirar as responsabilidades no domínio do financiamento, que passam pela substituição de financiamento nacional por fundos comunitários, transferência de competências – e problemas... – para os municípios, com desresponsabilização do Estado central, e, de forma muito impactante, a responsabilização das famílias pelos custos da educação”.

Quanto às eleições para os órgãos da FENPROF, foram eleitas por larga maioria as listas para o Conselho Nacional, órgão deliberativo máximo entre congressos, e para o Conselho de Jurisdição, também apresentadas pelo Secretariado Nacional e os sete sindicatos da FENPROF.

Anabela Sotaia, Presidente do CN

Na primeira reunião do Conselho Nacional (CN), órgão deliberativo máximo entre congressos, constituído por 85 elementos, Anabela Sotaia foi eleita Presidente. Professora do ensino secundário e coordenadora do SPRC, Anabela Sotaia é membro da Comissão Executiva do Conselho



Nacional da CGTP-IN e membro do Conselho Nacional de Educação. Em representação do SPRA, António Lucas, Fernando Vicente, Rui Teixeira e Paula Decq Mota integram o CN.

O Conselho Nacional ratificou igualmente o novo Secretariado Nacional (29 elementos), em que participa António Lucas (Presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores) e Luísa Cordeiro, membro da Direção do SPRA. A lista para o SN era apoiada por todos os sindicatos da FENPROF.

O novo Conselho de Jurisdição, presidido por António Dutra, dirigente do SPRA, tem 7 elementos.

Os trabalhos do Congresso incluíram a discussão e votação da Resolução sobre a Ação Reivindicativa e das moções estranhas à ordem de trabalhos. Todos estes documentos foram aprovados pelos delegados e podem ser consultados (versões integrais) em www.fenprof.pt

O Programa de Ação e a Resolução foram aprovados por unanimidade e aclamação. O Congresso aprovou ainda 11 moções, sobre as seguintes matérias: Defender a liberdade e a democracia, enfrentar o populismo e a extrema direita, combater a ascensão dos fascismos – aprovada por maioria; Pela Democracia, defender os valores de Abril – aprovada por unanimidade; Investir na Paz e na Educação, não na Guerra! – aprovada por maioria; Pela Igualdade Mulheres-Homens – aprovada por maioria; Em defesa da Diversidade, da Equidade e da Inclusão; contra todas as discriminações! – aprovada por unanimidade; Garantir a qualidade e o equilíbrio ambiental – aprovada por maioria; Por uma ADSE ao serviço dos beneficiários – aprovada por maioria; Saudação aos trabalhadores do Congresso – aprovada por unanimidade; Saudação aos trabalhadores do Congresso – aprovada por maioria; Solidariedade com o Povo Palestino. Fim ao genocídio – aprovada por maioria; Pela União dos Povos: Por um Futuro de Paz, Justiça e Sustentabilidade – aprovada por maioria.

Os novos Secretários-Gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa, intervieram na sessão de encerramento, tal como o Secretário Geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira.

Na véspera do Congresso, a sede da FENPROF, em Lisboa, acolheu um Seminário Internacional, que reuniu representantes sindicais oriundos de diversos pontos do mundo, no âmbito do 15.º Congresso Nacional dos Professores. O encontro contou com a participação de três dezenas de delegações estrangeiras convidadas pela FENPROF. ●



SPRA recusa recuo de 30 anos no ensino experimental das Ciências, que a SRECD quer impor

O SPRA enviou ofício à SRECD, contestando a hipótese de esta negar a existência de turnos para o trabalho em laboratório no 3.º Ciclo. Em causa estará a realização de atividades experimentais em Ciências Naturais e em Ciências Físico-Químicas. A concretizar-se, esta decisão traduzir-se-á num recuo de 30 anos no ensino das Ciências Experimentais e no incumprimento das orientações curriculares, porque nenhum professor porá em risco a saúde e a integridade física dos alunos que tem à sua responsabilidade.

A tutela informou as escolas de que estas teriam de encontrar soluções que evitem o recurso a novas contratações para substituir os docentes que faltarem durante o ano. Contudo, o governo regional sabe que, em muitas das escolas dos Açores, diversos constrangimentos impossibilitam essas soluções: falta de salas de aula e de docentes, bem como a impossibilidade de reorganizar os horários a meio do ano letivo, para as turmas afetadas. Como o SPRA recordou a tutela, é o RGAPA aprovado por este governo que permite esta situação inaceitável. É preciso também não esquecer que esta decisão deixará os alunos da Região em pior situação do que os do restante território nacional, condicionará o sucesso no

Ensino Secundário e interromperá o trabalho que tem sido desenvolvido, nestas disciplinas.

A divisão das turmas em dois turnos permite que o trabalho experimental seja realizado em segurança, com um acompanhamento dos professores mais próximo dos alunos. Desenvolver estas atividades com a turma inteira – podendo estar presentes 23 alunos em simultâneo –, manuseando materiais e equipamentos que acarretam riscos significativos, comprometeria a segurança de todos, cenário que nenhum docente aceitará. Perante esta situação, no ofício do SPRA, foi claro: recusamos “que os Açores recuem 30 anos no ensino experimental das ciências, a uma altura em que as escolas não dispunham das instalações e do equipamento necessário. O Sindicato reafirma, ainda, que a resposta aos problemas do sistema educativo regional passa por tornar a profissão docente mais atrativa, e não por criar novos constrangimentos às escolas e aos professores. O Sindicato não deixará de acompanhar o posicionamento da tutela em relação a esta matéria e, se for necessário, recorrerá a todas as ações de luta que se mostrarem adequadas para proteger os docentes da Região e, neste caso, também os seus alunos.” ●

SUZIE VIEIRA:

Sobre a promoção da igualdade e inclusão dos alunos no sistema educativo



“Dirijo-me a este Congresso Nacional de Professores com a convicção de que é urgente e inadiável debatermos, com frontalidade, os grandes obstáculos que persistem na promoção da igualdade e inclusão dos alunos no sistema educativo, em particular na Região Autónoma dos Açores”, afirmou Suzie Vieira, do SPRA, na tribuna do 15.º Congresso da FENPROF.

Aqui fica a intervenção da dirigente sindical no Fórum Lisboa:

O desgaste profissional dos professores é um aspeto negativo que não podemos ignorar. O aumento da carga letiva, a sobrecarga administrativa e a ausência de condições dignas de trabalho têm afastado as novas gerações da profissão. Esta desvalorização reflete-se não só no bem-estar dos docentes, mas também na qualidade do ensino.

Apesar dos avanços legislativos, a realidade nas nossas escolas está longe de garantir igualdade de oportunidades. A falta crónica de professores, especialmente nas ilhas mais periféricas, não é apenas um desafio: é uma ameaça real ao direito à educação de qualidade. Esta carência afeta diretamente o acompanhamento dos alunos, limita a oferta curricular e compromete a coesão territorial. A rotatividade elevada e a dificuldade de fixação de docentes agravam o vazio geracional nas escolas, deixando comunidades inteiras sem referências educativas estáveis e prejudicando a continuidade pedagógica.

“Falta de recursos humanos e materiais”

Apesar de projetos-piloto e iniciativas inovadoras, a implementação efetiva das políticas de inclusão continua a esbarrar na falta de recursos humanos e materiais. Legislar não basta: as escolas continuam sem os apoios técnicos e especializados necessários para responder à diversidade dos alunos. Muitas vezes, a inclusão é apenas uma intenção escrita em documentos oficiais, sem reflexo prático nas salas de aula, nos corredores e nos espaços de convívio. Esta distância entre o discurso e a prática perpetua situações de exclusão e discriminação, sobretudo para os alunos com necessidades específicas.

Outro aspeto preocupante é a insuficiência de estruturas que preparem os alunos para a autonomia, a cidadania e a inserção no mundo do trabalho. Apesar de Percursos Específicos de Escolarização e Formação (nos Açores), a escola, que deveria ser um espaço de

preparação para a vida ativa, continua a falhar na oferta de experiências práticas e oportunidades de aprendizagem diferenciadas, especialmente para os alunos com necessidades específicas. Esta lacuna compromete o desenvolvimento de projetos de vida significativos e perpetua a exclusão social.

“É preciso transformar a indignação em ação”

Estes problemas não são inevitáveis nem irresolúveis. Exigem, sim, uma intervenção coordenada e determinada de todos os agentes educativos, das famílias, da sociedade e do poder público. Não podemos continuar a aceitar que a inclusão e a igualdade sejam meros slogans; é preciso transformar a indignação em ação, exigir mais investimento, mais recursos e mais respeito pelo papel dos professores e pelo direito de todos os alunos a uma educação de qualidade.

Que este Congresso seja o ponto de partida para uma mudança real, onde cada obstáculo seja identificado, denunciado e combatido com coragem e determinação.

Subtítulos da responsabilidade da Redação do SPRA Info ●

“Não podemos continuar a aceitar que a inclusão e a igualdade sejam meros slogans; é preciso transformar a indignação em ação, exigir mais investimento, mais recursos e mais respeito pelo papel dos professores e pelo direito de todos os alunos a uma educação de qualidade”

FÁTIMA GARCIA:

Um forte apelo aos professores aposentados: “mantenham-se ligados às vossas organizações sindicais!”



“Temos como reivindicação fundamental a “valorização das pensões de aposentação, procedendo à revisão da legislação e à sua atualização anual, tendo em conta o valor da inflação”, sublinhou Fátima Garcia, na tribuna do 15.º Congresso Nacional dos Professores.

A representante do SPRA no Departamento de Aposentados da FENPROF afirmou, na assembleia magna da FENPROF: Num texto dirigido aos aposentados, mas que se aplica a todos nós e, muito particularmente, aos que já veem no horizonte o seu merecido descanso, após uma vida de trabalho, de esforço, de empenho e dedicação, entregue à formação das gerações, que são e serão o futuro deste País, o nosso Secretário Geral - Mário Nogueira - dizia:

“Os docentes que já se aposentaram são profissionais que deram toda a sua vida ao ensino e à formação das jovens gerações. Foram eles os construtores e protagonistas deste bem que Abril ofereceu aos portugueses e dá pelo nome de Escola Pública. Toda essa vida, contudo, não é reconhecida pelos governantes, gente, curiosamente, formada por esses docentes, o que denota uma tremenda ingratidão da sua parte.”

Agravamento a partir de 2003

As condições de aposentação começaram a agravar-se logo a partir de 2003, com o pretexto de ser imoral um professor aposentado receber uma pensão superior à última remuneração que tinha no ativo, e isto porque já não fazia o desconto para a CGA e tinha uma taxa de IRS mais baixa.

Até então, podia aceder-se à aposentação ordinária com 36 anos de serviço e 60 de idade, ou só com os 36 anos de serviço se a Escola desse parecer favorável (o que geralmente acontecia), e, no caso dos educadores de infância e professores do 1.º CEB, com 30 anos de serviço e 55 de idade (ou 32/52 em casos excecionais). Era, também, permitido o acesso à pensão antecipada sem penalização, apenas, com um cálculo proporcional à carreira contributiva.

Logo aí, em pleno Governo de Durão Barroso e com Manuela Ferreira Leite como Ministra das Finanças, passou a ser obrigatório o cumprimento integral das condições de acesso à aposentação, a aplicação, no cálculo da pensão, do desconto correspondente à contribuição

para a CGA e uma penalização de 4,5% por cada ano que faltasse para atingir a idade legal exigida.

Mal sabíamos o que nos esperava!

Quão longe dessas condições estamos hoje, passados 20 anos sobre o período em que se aplicaram, e que, já à época, considerámos graves! Mal sabíamos o que nos esperava!

Presentemente, para se poder aceder ao merecido e desejado descanso, à realização e participação em tantas e tantas atividades - culturais, sociais, recreativas ou outras - que uma profissão tão sobrecarregada e desgastante não permitiu concretizar, são condições necessárias à aposentação ordinária, ou sem redução, como se explicita no simulador da CGA, 66A e 7M de idade e 40 A de serviço.

Para além disso, quem pretender aposentar-se antecipadamente, por profundo desgaste profissional ou outro, sofre elevadas penalizações.

O agravamento das condições e o ritmo a que o mesmo se processou foram e são, no mínimo, alarmantes. A partir de 2005, já no Governo de José Sócrates e com Maria de Lurdes Rodrigues como Ministra da Educação, a idade e o tempo de serviço necessários foram aumentando 6M por ano, até atingir os 65A/I e os 40/S, em 2015 e 2013, respetivamente, como determinava a Lei n.º 60/2005.

O que mudou a partir de 2012...

Contudo, grandes alterações ocorreram, entretanto, e o pior ainda estava para vir. A partir de 2012, com Pedro Passos Coelho como 1.º ministro e Nuno Crato na Educação, tudo se agravou substancialmente:

- Aumentou-se a idade necessária, que passou para os 66A, e com um aumento gradual de (X) meses por ano, até atingir o valor atual, (os 66A e 7M), dependendo da Esperança Média de Vida, consoante dados do INE, calculados nos 3 anos anteriores;
- Introduziram-se novas fórmulas de cálculo das pensões;
- Agravaram-se as condições de acesso às pensões antecipadas;

“Precisamos e contamos convosco, TODOS, TODOS, TODOS, como diria o Papa Francisco! Precisamos e contamos convosco, no hoje e no amanhã!”

- Aumentaram-se fortemente as penalizações nestas pensões - 0,5% por cada mês que faltar para atingir a idade legalmente exigida;
- Criou-se, em 2008, o famigerado Fator de Sustentabilidade a aplicar às pensões antecipadas, também ele dependente da Esperança Média de Vida, e que introduz um desconto nas pensões que já ultrapassa os 15%. Contudo, e devido à forte ação sindical, este desconto já foi eliminado em grande parte das situações;
- Inventou-se um Indexante de Apoios Sociais (IAS), que serve de referência

para o cálculo e atualização anual das pensões e de outras prestações sociais e é determinado com base em parâmetros que o tornam irrealista, como sejam o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), sem habitação, o Produto Interno Bruto (PIB) e suas variações;

- Aplicou-se, durante os anos da troika, uma Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), que só não se tornou definitiva graças à forte contestação sindical;
- Vigorou, durante algum tempo, a aplicação de uma Sobretaxa de IRS, agravando-o substancialmente;
- Descontou-se, ou pagou-se de forma faseada, o Subsídio de Férias (14.º mês para nós, aposentados) e o Subsídio de Natal;
- Congelou-se, durante anos, a atualização anual das pensões, ou estas tiveram aumentos insignificantes face à inflação, e que, mesmo assim, não se aplicava a todos.

Muito há ainda a fazer!

Nos governos presididos por António Costa, tendo como Ministros de Educação

Tiago Brandão Rodrigues ou João Costa, pouco se alterou. Hoje, no governo de Montenegro e com Fernando Alexandre na Educação, sabemos bem como tudo está...

Contudo, fruto de uma intervenção sindical, de contestação e luta, forte, aguerrida e unida, impediram-se muitas outras situações gravosas, quer para os professores no ativo, quer para os professores aposentados.

Mas, caros congressistas, muito há ainda a fazer!

Para já, e neste âmbito, temos como reivindicação fundamental a “valorização das pensões de aposentação, procedendo à revisão da legislação e à sua atualização anual, tendo em conta o valor da inflação”.

Apelamos a que se mantenham ligados às suas organizações sindicais! Precisamos e contamos convosco, TODOS, TODOS, TODOS, como diria o Papa Francisco! Precisamos e contamos convosco, no hoje e no amanhã! •

Subtítulos da responsabilidade da Redação do SPRA Info



NA ORDEM DO DIA

Estatuto da Carreira Docente

Revisão é prioridade

Tal como a FENPROF tem sublinhado em diferentes tomadas de posição, “tendo em conta que as previsões para 2025 apontam para mais de quatro mil aposentações enquanto o número de novos professores poderá não ultrapassar um quarto desse total”, o caminho a seguir é “tornar a profissão docente atrativa” e esta orientação deveria “constituir uma prioridade absoluta” do Ministério da Educação.

Insiste a FENPROF que “valorizar a profissão docente é a única forma de inverter” a grave situação que se vive nas escolas portuguesas. Há que “atrair

jovens para a carreira e criar condições para o regresso de milhares que a abandonaram”. Para isso, são urgentes “medidas concretas”. Assim, a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) “é uma prioridade absoluta e deverá assegurar”:

- A correção dos problemas que ainda afetam a atual carreira, designadamente: a contagem integral do tempo de serviço (para além do que foi perdido nos períodos de congelamento), a eliminação das ultrapassagens e a compensação dos docentes que não puderam recuperar o tempo de serviço congelado;

- Uma estrutura de carreira sem obstáculos na progressão e de menor duração;
- A valorização material da carreira docente;
- O reconhecimento do desgaste provocado pelo exercício da profissão e a consagração de um regime justo de aposentação;
- Um modelo de avaliação do desempenho formativo, e não punitivo;
- O cumprimento dos limites legais do horário de trabalho. •

Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional nos Açores

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Comércio e Escritórios, Hotelaria, Turismo e Transportes dos Açores (SITACEHTT/AÇORES) entregou, no passado dia 16 de junho, ao Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Petição Pública “Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional (SMN) na Região Autónoma dos Açores”, que conta com 3900 subscritores.

“Propõe-se, assim, o aumento do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida na Região de 5% para 10%, para os trabalhadores por conta de outrem, mantendo a sua indexação à Retribuição Mínima Mensal Garantida Nacional, para atenuar os custos da insularidade, repor alguma justiça relativa nas remunerações dos trabalhadores açorianos, bem como contribuir para mitigar as situações de pobreza e exclusão social”, destaca a petição.

“Cada assinatura representa uma esperança”

“Este documento”, refere o Sindicato, “não é apenas um papel com nomes, é a voz coletiva de milhares de trabalhadores que anseiam por um salário digno. Cada assinatura representa uma esperança, um desejo e um compromisso com a causa que defendemos”.

Lê-se noutra passagem da tomada de posição sindical recentemente divulgada:

“Nesta luta pelo justo aumento geral dos salários, o aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional tem de ser impulsionador do aumento de todos os outros salários e valorizador do trabalho e dos trabalhadores. O Salário Mínimo é uma referência fundamental, mas nunca pode estabelecer uma uniformização entre os patamares, ou seja, quando este sobe devem proporcionalmente subir as restantes categorias profissionais, para que continuem a existir diferenciações profissionais”.



Instrumento para dinamizar a economia

Lembrando que “o aumento geral dos salários e das pensões é uma necessidade para todos os que vivem e viveram do trabalho e um instrumento para dinamizar a economia, criar mais e melhor emprego, esbater a dependência face ao exterior, num contexto cada vez mais instável”, o SITACEHTT sublinha que “é, também, a garantia para que os açorianos possam organizar as suas vidas”, acrescentando:

“Não podemos ignorar a importância do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional no combate à pobreza,

designadamente a pobreza laboral. No atual quadro, em que o mercado de trabalho regional assenta num modelo de baixos salários, ter um emprego deixou de ser suficiente para afastar a pobreza.”

“A melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias açorianas estimula o consumo, o que contribui para o aumento da produção e das vendas das empresas, a criação de mais emprego e o crescimento da economia. Ao mesmo tempo, este aumento tem também efeitos positivos no crescimento das contribuições para a Segurança Social, ajudando a melhorar a sustentabilidade financeira do sistema”, refere ainda. ●

Saúde e Bem-Estar: Temas da atualidade

Ozempic®... O milagre de que se fala ...

Filipe Pinheiro de Campos, Área Sindical de São Jorge



Nos últimos anos temos vindo a ser continuamente alertados para a existência de fármacos quase “milagrosos” na perda de peso, de modo rápido e eficaz o que por si só tem conduzido a um conjunto de problemas de natureza estrutural, económica e sanitária relevantes. Hoje a situação começa a revestir-se já de um problema de saúde pública seja pelo excesso de dosagens vendidas seja pelo uso quase indiscriminado, pese embora sujeito a receita médica, deste tipo de fármacos para fins não-terapêuticos com todos os problemas que daí podem advir.

Entre outros, o Ozempic® tem sido o principal objeto de todo este problema. O semaglutido - assim é a sua designação correta não comercial - é, em Portugal, apenas compartilhado para diabéticos de tipo 2 não obstante a sua prescrição seja livre - aguarda-se a publicação de legislação nesse sentido - e, como tal, passível de utilizar noutras situações.

Ora, o que tem o semaglutido de tão poderoso que permite a perda de peso que tanta gente anseia de uma forma célere e eficaz? Diga-se antes de tudo o mais que a perda de peso deverá ser sempre presidida pelos bons hábitos e higiene alimentares, de exercício físico e de estilo de vida pois será uma perda sustentada e acertada em termos das necessidades

reais de cada organismo que funciona de modo diferente de indivíduo para indivíduo.

A obesidade, considerada desde 2004 como doença crónica, é controlada por diversas formas e o semaglutido está aprovado para a perda de peso pela Agência Europeia do Medicamento (EMA) sendo que a Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo (SPEMD) considera que, atualmente, é o tratamento disponível mais eficaz para a doença correspondendo assim a um ponto de viragem no tratamento da obesidade. Será este o caminho certo? Veremos... Continuamos a reiterar que uma alimentação equilibrada e variada, em quantidade e qualidade, com horários de regularidade e acompanhada de exercício físico adaptado à idade, sexo e condição física a par de um estilo de vida saudável, são a primeira arma no combate a este flagelo. No entanto, estamos bem cientes das implicações sociais da obesidade em particular nos meses de Verão daí a procura cada vez maior por este tipo de fármacos. Esta procura afeta também cada vez mais os mais jovens que desejam a silhueta perfeita. Preocupante...

Benefícios deste fármaco

Como funciona então o semaglutido? Promove uma maior perda de peso, é uma realidade, e com um perfil de segurança

mais favorável. Mimetiza as hormonas que regulam a sensação de saciedade como a leptina, a grelina, o GLP-1, a colecistocinina (CCK) e o peptídeo YY (PYY) e promove até cerca de 15% na perda de peso embora haja casos relatados de perdas superiores. Mas existem ainda outros benefícios no perfil deste fármaco. Apresenta um perfil de proteção cardiovascular, reduzindo o número de eventos (sobretudo acidentes vasculares cerebrais) e de risco de morte cardiovascular. Permite ainda uma redução da progressão da pré-diabetes para a diabetes.

O semaglutido atua como o peptídeo-1 semelhante ao glucagon humano (GLP-1) de modo que aumenta a secreção de insulina, aumentando assim o metabolismo do açúcar permitindo melhorar o controle glicémico em adultos com diabetes mellitus tipo 2 como complemento de dieta e exercício físico. Esse GLP-1 humano é uma hormona fisiológica que tem múltiplas ações na regulação do apetite e da glicose, bem como no sistema cardiovascular. Os efeitos no apetite e na glicose são especificamente mediados pelos recetores do GLP-1 no pâncreas e no cérebro.

O semaglutido reduz a glicose sanguínea, estimulando a secreção da insulina e reduzindo a secreção de glucagon quando a glicose sanguínea

está elevada. O mecanismo de redução da glicose sanguínea também envolve um ligeiro atraso do esvaziamento gástrico na fase pós-prandial precoce. Durante a hipoglicemia, o semaglutido diminui a secreção de insulina e não inviabiliza a secreção de glucagon.

O semaglutido reduz o peso corporal e a massa de gordura corporal através da diminuição da necessidade de aporte de energia, o que envolve uma redução geral do apetite. Além disso, o semaglutido reduz a preferência por alimentos ricos em gordura.

Necessidade de gestão racional deste fármaco

Tudo parecem vantagens, mas na realidade recentes estudos¹ têm demonstrado que indivíduos que fazem medicação com o princípio ativo semaglutido – como os fármacos Ozempic® e o Wegovy®, este não compartilhado – podem vir a ter um maior risco de desenvolver uma forma rara de cegueira. Esse estudo, conduzido por médicos do Mass Eye and Ear Hospital de Boston, revelou um aumento do número de doentes com neuropatia ótica isquémica anterior não artrítica – um tipo de acidente vascular cerebral ocular – que se caracteriza pela perda de visão súbita e indolor num olho e que ocorre após a redução ou bloqueio do fluxo sanguíneo para o nervo ótico. Segundo a investigação, esta doença, considerada rara, afeta dez em cada cem mil pessoas, sendo, a seguir ao glaucoma, a segunda principal causa de cegueira do nervo ótico.

As descobertas do estudo não provam, contudo, que o semaglutido provoque realmente a doença.

Nos últimos dois anos, tem aumentado cada vez mais o número de prescrições para medicamentos com semaglutido, sobretudo para a perda de peso. Tal situação tem sido um boom em todos os países industrializados e proporcionou benefícios muito significativos em muitos aspetos, mas as discussões em torno de efeitos secundários, de disponibilidade, de dispêndio económico do Estado têm de ter um lugar cada vez mais fulcral de modo que se possa ter uma gestão racional sobre algo que, sendo fundamental para alguns, pode ser acessório para outros. ●

¹ HATHAWAY, Jimena Tatiana, MADHURA, O. Shah, HATHAWAY, David B. – Risk of Nonarteritic Anterior Ischemic Optic Neuropathy in Patients Prescribed Semaglutide. *Jama Ophthalmology*, July 2024 (disponível em https://jamanetwork.com/journals/jamaophthalmology/fullarticle/2820255?utm_campaign=articlePDF&utm_medium=articlePDFlink&utm_source=articlePDF&utm_content=jamaophthalmol.2024.2296)

UAc *as minhas memórias*
UNIVERSIDADE DOS AÇORES
1976 – 2026

Biblioteca, Arquivo e Museu (BAM) lança edição digital comemorativa dos 50 anos da Universidade dos Açores

No âmbito das celebrações do 50.º aniversário, a Biblioteca, Arquivo e Museu (BAM) da Universidade dos Açores (UAc), em colaboração com a Academia das Artes da UAc (UAc.artes), prepara-se para lançar a obra “UAc – Minhas Memórias”.

Esta edição pretende “reunir testemunhos de toda a comunidade académica, docentes, discentes e funcionários, no ativo ou já desligados da instituição, que desejem partilhar as suas experiências, emoções e reflexões vividas ao longo do seu percurso na UAc”.

Os contributos devem ser individuais e podem assumir a forma de prosa ou poesia, incluindo narrativas, quadras (mínimo de duas) ou sonetos. O limite de extensão é de 5.000 caracteres (com espaços), sendo possível anexar uma imagem ilustrativa.

Data-limite para submissão dos textos: 15 de outubro de 2025
Comunicação dos textos selecionados: 31 de outubro de 2025
Lançamento da edição digital do livro: janeiro de 2026

Os textos devem ser submetidos em formato word, contendo o nome do autor (ou pseudónimo) e o período de permanência na universidade, e enviados para o e-mail bam.diretor@uac.pt, com o assunto “UAc – Minhas Memórias”.

5% para a guerra?! Portugal também vai “pagar à GRANDE!”

O secretário-geral da NATO não mentiu quando enviou a SMS a Trump informando-o de que convenceu os demais países da organização bélica a pagar 5% do seu PIB e que tal significará, segundo Mark Rutte, que “a Europa vai pagar à GRANDE!”

Vejamos o que significará para os portugueses esse grandioso pagamento, caso se concretize, recorrendo aos últimos valores já conhecidos e fechados, que são os relativos a 2024:

- Portugal, PIB 2024 = 284,9 mil Milhões de euros;
- 5% do PIB = 14 245 Milhões de euros, que representam:
- Mais do dobro da Educação (6993,3 Milhões = 2,45% do PIB);
- Quase o quádruplo do Ensino Superior e Ciência (3842 Milhões = 1,34% do PIB);
- 27,5 vezes da Cultura (518,7 Milhões = 0,18% do PIB);
- Mais de 7 vezes da Justiça (1961,5 Milhões = 0,68 do PIB);
- 2,5 vezes do Ambiente e Ação Climática (5920,1 Milhões = 2,07% do PIB);
- Quase o mesmo que a Saúde, incluindo o pagamento ao setor privado, que representa mais de metade da despesa nesta área (15 709,4 Milhões = 5,51 % do PIB);
- Mais do que toda a despesa da CGA com pagamento de pensões em 2024 (12 397 Milhões).

Montenegro diz que esta despesa não prejudicará o equilíbrio das contas públicas, nem as políticas sociais. Quem acredita no que ele diz? •

In: *IMPULSOS DE INSUBMISSÃO* N.º 6



Universidade dos Açores na 3.^a Conferência das Nações Unidas para o Oceano (UNOC3)

A Universidade dos Açores esteve representada na recente 3.^a Conferência das Nações Unidas para o Oceano (UNOC3) e no One Ocean Science Congress, que decorreram em Nice (França), a convite do programa Blue Azores, financiado pela Fundação Oceano Azul.

A participação da investigadora Debora Gutierrez, em representação da equipa da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores, coordenada pela docente Helena Calado, teve como objetivo o suporte de ações de divulgação dos projetos MSP4BIO, BLUECONNECT, e da Associação de Conservação Marinha e Bioacústica (SOMAR), reforçando o papel dos Açores na proteção e sustentabilidade do oceano, refere a página da UAc.

A Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos/2025, co-organizada pelos Governos da França e da Costa Rica, teve lugar de 9 a 13 de junho em Nice, França, e reuniu líderes globais, cientistas, jovens ativistas e representantes da sociedade civil num esforço conjunto para acelerar a implementação de medidas concretas em defesa dos oceanos.

Entre os avanços alcançados, destaca-se o impulso para a entrada em vigor do Acordo sobre a Biodiversidade em áreas para além da Jurisdição Nacional até 2026, a mobilização de 8,7 mil milhões de euros para a economia azul regenerativa, o lançamento de iniciativas inovadoras na ciência oceânica e o apelo à suspensão da mineração em mar profundo, sublinha a UAc, que acrescenta:

“Esta experiência reforçou a importância de unir ciência, políticas públicas e sociedade civil na definição de um futuro sustentável para o nosso oceano comum”.

Entretanto, a ZERO e a Oikos consideram que, “apesar da enorme quantidade de compromissos voluntários apresentados, a tarefa de salvaguardar o oceano, restaurar áreas degradadas e reduzir os impactos das alterações climáticas é avassaladora, e as discussões e ações prometidas em Nice são ainda claramente insuficientes”. •

CGTP-IN alerta:

Está em marcha um verdadeiro assalto aos

“Procedendo à avaliação das medidas para o enfrentar e derrotar”, a CGTP-IN “continuará a aprofundar a construção de iniciativas que travem e derrotem esta ofensiva, não excluindo nenhuma das formas de luta a que os trabalhadores têm direito e a Constituição consagra”.

A Central unitária reuniu no passado dia 7 de julho a Comissão Executiva do Conselho Nacional e concluiu que “o esclarecimento, a mobilização e a unidade de todos os trabalhadores será determinante para romper com este percurso de aumento da exploração e retirada de direitos».

Como destacou o Secretário Geral da CGTP-IN na conferência de imprensa realizada após aquela reunião, o momento atual exige determinação para “travar o assalto aos direitos laborais” e para

“derrotar a ofensiva contra os trabalhadores”.

O Conselho Nacional, órgão máximo da Inter entre Congressos, deixa de novo este alerta:

“O Governo quer pôr em causa o direito à greve para tentar fragilizar a resistência dos trabalhadores às ofensivas patronais para reduzir o poder de compra dos salários e esmagar direitos e para limitar a ação reivindicativa por melhores salários e condições de trabalho. Associa, assim, a sua opção de ataque a matérias nucleares dos direitos do dia-a-dia dos trabalhadores, com a tentativa de enfraquecer as formas de luta para lhes dar resposta”.

Acrescenta a Direção da CGTP-IN:

“Estamos perante uma ofensiva que afeta todos os trabalhadores, sejam do sector privado ou do público, sejam de que nacionalidade forem, e que exige



uma forte unidade na resposta. No caso dos trabalhadores do sector público, a ofensiva contra os seus direitos insere-se, agora como no passado, na estratégia de degradar os serviços e funções sociais para promover os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, colocando na esfera do negócio privado aquilo que conquistámos como direitos públicos.” ●

Defender a Segurança Social Pública, Universal e Solidária

“A Segurança Social é um património dos trabalhadores, não é do capital”



Sob o lema “Defender a Segurança Social Pública, Universal e Solidária – A Segurança Social é um património dos trabalhadores, não é do Capital”, realizou-se, no passado dia 3 de julho, em Almada, um encontro nacional de dirigentes, delegados, ativistas e representantes eleitos pelos trabalhadores.

Em foco estiveram os desafios colocados ao Movimento Sindical Unitário na defesa da Segurança Social Pública, conquista de Abril, face ao ataque de que está a ser alvo pelo capital financeiro, particularmente o sistema público de pensões, e também a necessidade da mobilização e luta de todos os cidadãos, trabalhadores no ativo e aposentados, em defesa do setor.

Em várias intervenções, destacou-se um firme apelo à defesa e ao reforço do sistema de segurança social público, universal e solidário e do regime público de pensões, gerido em regime de repartição,

alertando para a necessidade de, mais do que nunca, estarmos atentos e preparados para combater eventuais projetos que visem retrocessos nos direitos dos trabalhadores, nomeadamente manobras e medidas que pretendam pôr em causa o sistema de segurança social público e os princípios de solidariedade intergeracional e profissional em que assenta.

Sem a existência do sistema público de Segurança Social, o número de pobres em Portugal subiria de 1,7 milhões de pessoas (16,6 % do total) para perto de 4,3 milhões de pessoas (40,3 % do total), aumentando de 19,6 % para 86,7 % entre os reformados, de 44,3 % para 66,7 % entre os desempregados e de 9,2 % para 17,4 % entre os trabalhadores no ativo.

O encontro decorreu na Academia Almadense e inseriu-se na campanha nacional “Segurança Social Pública, uma conquista e um património dos trabalhadores.” ●

Encontro Dec(i)ência 2025

FENPROF e mais 13 organizações exigem fim da precariedade, mais investimento e mais democracia no Ensino Superior e na Ciência

“Dizia-se neste encontro que é necessário rever a lei da ciência. É verdade. Mas é preciso rever muitas coisas na ciência, desde logo a parte laboral. Tem que se trabalhar com contratos de trabalho. É isso que nós defendemos”.

As palavras são de Tiago Dias, coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF, no Encontro Dec(i)ência 2025, ação promovida pela FENPROF e mais 13 organizações (*) do setor da ciência e do ensino superior, à margem do Encontro Ciência 2025, na NOVA-SBE, em Carcavelos.

Esta concentração, realizada no passado dia 9 de julho, teve como principal propósito exigir que o Governo, em particular o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, e as Instituições de Ensino Superior e de Ciência deem uma resposta efetiva e imediata aos trabalhadores do setor.

A Secretária de Estado da Ciência e Inovação, Helena Canhão, participou na sessão de abertura do Encontro Ciência 2025 e foi recebida pelos investigadores e trabalhadores científicos em protesto, que lhe entregaram o Manifesto com as suas reivindicações, onde se destacam três pontos essenciais:

- O fim do modelo de precarização do trabalho científico e docente;
- O crescimento do financiamento público para a ciência e o ensino superior;
- A democratização das instituições de ensino superior e de ciência.

(*) - Organizações promotoras: FENPROF - Federação Nacional dos Professores, ABIC - Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, FNSTFPS - Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior, STARQ - Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia, OTC - Organização dos Trabalhadores Científicos, Universidade Comum, Associação de combate à precariedade: Precários Inflexíveis, Investigadores da FCUL, ITQB Post Doctoral Association, Núcleo de Investigadores da NOVA-FCT (SciNOVA-FCT), Núcleo de Investigadores do Instituto Superior Técnico (NInTec), Núcleo de Investigador@s e Gestor@s de Ciência da NOVA FCSH. ●z



Veja aqui o vídeo da iniciativa

Ciência

8 reivindicações essenciais para combater a ditadura da precariedade



Numa concentração realizada no passado dia 9 de julho, foi entregue à Secretária de Estado da Ciência e Inovação, Helena Canhão, um Manifesto subscrito por várias organizações, documento de viva atualidade e em que se destaca:

“A ciência em Portugal vive sob uma lógica de precariedade estrutural: bolsas de investigação, em vez de contratos de trabalho, vínculos temporários que escondem funções permanentes, ausência de perspetivas de carreira. Esta situação, resultado de opções políticas dos governos PSD/CDS e PS, decorrente quer da contratação a prazo de investigadores, técnicos, gestores científicos e falsos docentes convidados, quer do recurso ao Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI), que representa uma forma institucionalizada de exclusão de direitos laborais, sociais e até de dignidade

profissional, é totalmente inaceitável!”. O Manifesto desenvolve ainda outros dois aspetos determinantes: financiamento e democracia (ver página da FENPROF).

Aqui ficam os 8 pontos reivindicativos, fundamentais para anular esse “obstáculo ao futuro da ciência” que é a precariedade:

1. Regularização imediata dos vínculos precários de todos os trabalhadores com funções permanentes, incluindo investigadores, técnicos, gestores e docentes convidados, nomeadamente, através da implementação de um regime transitório, com financiamento adequado, pelo Orçamento do Estado, que abranja todos estes profissionais.

2. Urgente definição de mecanismo permanente e continuado de financiamento da integração na carreira de investigação científica, com necessária dotação orçamental, em sede de OE.

3. Implementação plena, justa e devidamente financiada do novo ECIC, assegurando a integração efetiva dos investigadores e evitando novos bloqueios contratuais.

4. Abertura de concursos decorrentes do DL57, evitando despedimentos em massa.

5. Revogação do EBI e substituição de todas as bolsas de investigação por contratos de trabalho com direitos.

6. Compensação contributiva para efeitos de reforma de todos os trabalhadores abrangidos pelo EBI, atualmente ou no passado.

7. Enquanto o EBI não for revogado, atualização extraordinária do valor das bolsas ainda em 2025 e um novo regime de atualização automática, de acordo com o aumento do custo de vida.

8. Criação de uma carreira de regime especial para os trabalhadores que, não tendo o grau de doutor, exercem funções técnicas de investigação de elevada complexidade e responsabilidade e que, atualmente, se encontram nas carreiras gerais da Administração Pública. ●

Mulheres do Mar

WOMAN FROM THE SEA



Documentário “Mulheres do Mar – Açores” celebra profunda ligação com oceano

São cientistas, pescadoras, professoras, desportistas, artistas, advogadas, arquitetas, e tantas outras mulheres que partilham, com “emoção e dedicação, a sua relação com o oceano”, adianta, em comunicado de imprensa, a produção do documentário, realizado no âmbito da Década das Nações Unidas da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030).

O projeto é uma iniciativa da ONGD portuguesa ‘Help Images’, reconhecido pela UNESCO, e foi desenvolvido ao longo de dois anos em todas as ilhas do arquipélago dos Açores.

Este projeto cinematográfico com 77 minutos dá continuidade à iniciativa internacional “Mulheres do Mar”.

De uma lista de mais de 900 mulheres de 29 países, nos Açores, foram entrevistadas e filmadas 71 mulheres em todas as nove ilhas.

Foram entrevistadas pela ONGD ‘Help Images’ 49 mulheres, entre pescadoras, cientistas, professoras, advogadas, arquitetas, artistas e outras profissionais.

Para além da dimensão profissional, o documentário é “um retrato íntimo

e comovente” do papel feminino na preservação e valorização dos oceanos, lê-se no comunicado.

A iniciativa ‘Mulheres do Mar’ pretende promover o papel das mulheres na preservação e valorização dos oceanos, destacando “as suas vozes, memórias e contributos, muitas vezes desconhecidos e desvalorizados”.

“Acredito que quando ouvirem a voz destas mulheres e sentirem a sua dedicação e amor pelo mar que abraça estas ilhas vão reconhecer o poder das suas palavras e mensagens para a proteção do oceano. Estávamos todas unidas pelo mote central do projeto – quem ama cuida, quem cuida ama – e as entrevistas e as filmagens transformaram-se em momentos íntimos de partilha de memórias, emoções e preocupações”, destaca a realizadora, Raquel Clemente Martins, citada na nota.

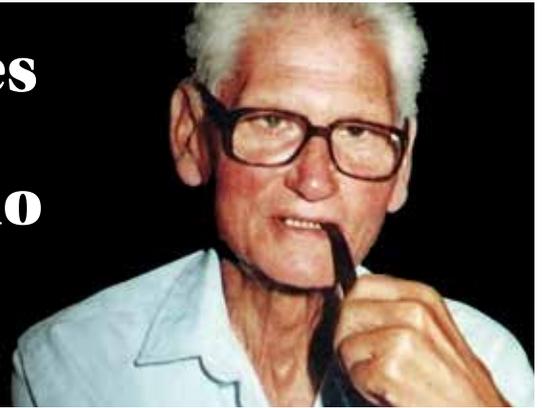
Estes diálogos revelam uma perspetiva “única de ser mulher num mundo oceânico historicamente dominado por homens, oferecendo perceções valiosas sobre o caminho que percorreram e ainda enfrentam para superar desafios e quebrar barreiras”, sublinha ainda.

A estreia de “Mulheres do Mar - Açores” marca o culminar de dois anos de trabalho dedicado ao projeto e acontece depois de Portugal ter ratificado o acordo sobre a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha das áreas além da jurisdição nacional, mais conhecido como Tratado do Alto Mar, negociado durante 15 anos, refere a ‘Help Images’.

O documentário contou com o apoio financeiro do Governo dos Açores e com a colaboração de uma rede de parceiros e entidades regionais e autarquias.

Em maio, foram também realizadas filmagens na Irlanda para o documentário “Mulheres do Mar – WinBig”, que terá estreia no início do próximo ano. | *Lusa/ Açoriano Oriental*, 4/07/2025

Com os pés na terra e os olhos no mundo



O centenário do nascimento do professor e escritor **Dias de Melo** tem sido e vai continuar a ser lembrado e celebrado. A calendarização das celebrações, ou parte dela, é do conhecimento público e está ao alcance de todos os que desejem participar.

Em véspera do dia do seu nascimento, 8 de abril, li numa página de uma popular rede social de um dos seus amigos e camaradas, o Eng. Mário Abrantes, um pequeno texto em jeito de homenagem que é assim como uma espécie de retrato falado de Dias de Melo. Transcrevo esse pequeno texto pois, quem conheceu o homem e o escritor, estou certo, concordará com o que Mário Abrantes sobre ele disse.

“Não era um modelo de simpatia, mas era um modelo de sinceridade; De poucas palavras e muitas pausas, mas deslizava pela escrita sem hesitar; De muitas dúvidas e poucas certezas, mas sempre com a certeza do lado da vida em que se situava; Não se considerava dono do saber, mas ensinava tudo o que aprendia; Não se achava o centro do mundo, mas sentia-o e vivia-o de corpo inteiro;

Foi um privilégio e uma honra conhecê-lo e trabalhar com ele...”

E assim era o homem que eu conheci e com quem tive a honra de privar já nos anos 2000.

Dias de Melo é uma figura incontornável da literatura portuguesa. No ano em que se assinala o centenário do seu nascimento, é um dever de memória que o seu nome e a sua obra sejam objeto de celebração, sobretudo, por quem com ele partilha(va) uma certa visão do mundo e da sua transformação libertando, como ele próprio dizia, os povos da canga da servidão.

Esta sua visão do mundo e o seu posicionamento político tinha raízes diversas, mas terá sido através do exemplo do seu pai e das histórias que lhe ouviu contar, do tempo em que esteve emigrado na Califórnia, que Dias de Melo foi consolidando as suas opções cívicas e políticas.

Numa longa entrevista concedida a Vamberto Freitas publicada no Imaginário dos Escritores Açorianos, intitulada A Educação de um Escritor: Dias de Melo, afirma-o de forma clara e inequívoca e passo a citar, a pergunta de Vamberto Freitas e um excerto da resposta de Dias de Melo:

“Vamberto Freitas – A sua visita à América em 1988 foi, tal como você viria a escrever, emocionante. Acho isso uma reacção muito interessante para um europeu de “esquerda”. Quase todos os europeus de semelhante opção política tendem a olhar os EUA com certa reserva, quando não desdém. Quer falar dessa sua experiência? Com que ideia ficou deste país?

Dias de Melo – Confirmo: sou um homem de esquerda e como tal, sem aspas nem reticências, me assumo. O que você não sabe, com certeza, é que me firmei definitivamente na minha opção de esquerda quando, já homem, meu pai me falou das grandes lutas operárias desencadeadas pelos sindicatos – as uniões, como na América lhes chamam – precisamente na Califórnia. Lutas por reivindicações várias, entre elas, duas principais: o dia, não me recordo se já das oito se ainda das dez horas de trabalho, e os salários. Em tais lutas, tomou ele parte bastante responsável. Chegou a ser chefe de piquete de greve. (...)”

Dias de Melo é um dos escritores açorianos com maior projeção regional e nacional, a sua escrita assume características singulares na literatura portuguesa da segunda metade do século XX, e, na sua vasta obra, 27 títulos publicados, encontramos romance, conto, poesia, crónica, relato de viagem e recolha etnográfica.

Vamberto Freitas escreveu sobre alguns títulos da obra de Dias de Melo e reconhece ao autor, que nunca viveu fora do seu país, uma grande sensibilidade e conhecimento sobre o fenómeno migratório açoriano, desde logo em Pedras Negras, que não é apenas um romance

sobre a baleação, mas também em *Das Velas de Lona às Asas de Alumínio*, a esse propósito diz Vamberto Freitas, em *A Ilha em Frente* – textos do cerco e da fuga, edições Salamandra, 1999 : “(...) Só Dias de Melo, muito antes de visitar a América, mas como resultado de saber escutar um pai que por cá tinha vivido de corpo inteiro, atento a tudo o que o rodeava, conseguiu transmitir um pouco da verdade dessa aventura na América no seu romance *Pedras Negras*, e mais tarde no livro de viagens *Das Velas de Lona às Asas de Alumínio*. (...)”

Dos títulos publicados destacam-se os livros que integram o que J. H. Santos Barros, em 1977, numa recensão a *Mar Pela Proa*, designou: *O Ciclo da Baleia*, - *Mar Rubro*, 1958; *Pedras Negras*, 1964, e *Mar Pela Proa*, 1976; mas que Dias de Melo considerava, para que o ciclo se completasse, se lhe deveriam juntar *Toadas do Mar e da Terra*, poesia e o seu primeiro livro, bem assim como o trabalho futuro que já tinha planeado e que veio a ser concretizado na obra *Na Memória das Gentes*, como nos dá conta Urbano Bettencourt num dos vários ensaios que publicou sobre Dias de Melo. Independentemente do debate em torno dessa questão, importa referenciar que a obra de Dias de Melo é muito mais vasta do que os títulos já referidos, embora, tenham sido os livros do chamado *O Ciclo da Baleia* que lhe deram projeção nacional e internacional. *Pedras Negras* foi traduzido para inglês e japonês e teve, à semelhança de *Mar Pela Proa* 4 edições, tendo as crónicas romanceadas *Mar Rubro*, *Baleeiros do Pico*, 3 edições. A Imprensa Nacional, reuniu, numa edição de 2024, coordenada por Luís Fagundes Duarte, os três títulos de *O Ciclo da Baleia* e sobre a qual, na nota editorial o coordenador desta edição diz: “(...) Pretende-se com esta edição conjunta, em boa hora assumida pela Imprensa Nacional, resgatar Dias de Melo da etiqueta simpática mas redutora de «escritor açoriano» - que o é por natureza e essência -, o inscrever no vasto cânone da literatura portuguesa a que, com as suas características próprias, resultantes das circunstâncias em que viveu e escreveu deve pertencer.” (...).

Urbano Bettencourt, também ele um picoense, tem vários ensaios publicados sobre Dias de Melo que se constituem como um significativo contributo para conhecer melhor a obra e o homem. No texto *Das Pedras Negras ao Negro da Montanha*, em *Sala de Espelhos*, Urbano conduz-nos por alguns dos livros e analisa aquele que foi um percurso literário diverso, terminando com uma narrativa/

romance sobre a Montanha... que deu nome às Pedras Negras.

A escrita de Dias de Melo, desde sempre, foi um ato de comprometimento, de denúncia e de luta. Dias de Melo foi um escritor militante que tomou sempre o lado dos injustiçados, dos explorados, aspeto em que também os ensaístas e investigadores convergem nas suas apreciações.

A fundação da Associação Cultural Académica (Horta, 1944) e da cooperativa Sextante (1970), em S. Miguel e a sua participação regular em títulos da imprensa (regional e nacional), confirmam o seu compromisso social e político assumindo, em pleno, o seu dever de cidadão empenhado na luta pela liberdade, pela democracia e por um mundo melhor.

Hoje, ao lermos Dias de Melo, reencontramos não só um cronista e romancista da baleação ou um contador de histórias do Atlântico ao Pacífico, mas

um homem que nunca separou a literatura da vida. A sua escrita — feita de palavras nascidas do povo e para o povo — continua a lembrar-nos que a literatura pode ser um gesto de resistência, uma memória viva e um ato de pertença como, ainda hoje ecoa nos debates sobre migração, desigualdade ou a identidade açoriana. A melhor homenagem que lhe podemos fazer será, como diz, Urbano Bettencourt: “Pôr a circular a obra de Dias de Melo, trazê-la ao espaço público, colocá-la sob o olhar dos (potenciais) leitores será sempre o modo mais eficaz de homenagear o autor e evitar que se lhe perca o rasto na avalanche dos dias.” | **Anibal C. Pires**, *Ponta Delgada*, 15 de abril de 2025 •

www.anibalpires.blogspot.com



BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE PONTA DELGADA

EXPOSIÇÃO
23 ABR - 7 NOV 2025

DIAS DE MELO

FUMO DO MEU CACHIMBO

**Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
até Novembro de 2025**

A Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada promove a exposição intitulada *Dias de Melo: fumo do meu cachimbo*, comemorando o centenário do nascimento do escritor, referência incontornável da cultura açoriana.

Comissariada por Patrícia Dias de Melo, a exposição torna pública a vida e obra do autor, numa narrativa que integra documentos, livros e objetos que lhe pertenceram, em diálogo com o acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Através de uma linguagem estética contemporânea foram escolhidos títulos de alguns dos seus livros para cada núcleo expositivo, enquadrando os aspetos diversos da sua personalidade, vida e obra.

A sua aproximação à terra e ao difícil trabalho no mar e às gentes que habitavam estes espaços, fazia adivinhar a sua militância política ainda durante o Estado Novo. A vivência em democracia não diminuiu a sua postura interventiva e humanista, que se manifestou maioritariamente através da escrita.

José Dias de Melo foi, até ao fim, coerente na forma como via o mundo, sempre através da lente da insularidade e da vivência das gentes das ilhas açorianas.



David Murray, saxofone tenor, clarinete baixo; Marta Sanchez, piano; Luke Stewart, contrabaixo e Russell Carter, bateria

Está aí a 26.^a edição Angrajazz nos dias 2, 3 e 4 de outubro

Nos dias 2, 3 e 4 de outubro, a Terceira acolhe mais uma edição do prestigiado Angra Jazz. Dos nomes anunciados, permitam-nos destacar, desde já, o quarteto de David Murray, que atuará no dia 4. David Murray (saxofone tenor, clarinete baixo) será acompanhado por Marta Sanchez, no piano, Luke Stewart, no contrabaixo, e Russell Carter, na bateria, a nova composição do quarteto, que, desde 2023, tem atuado em vários países. "Prolífico músico e compositor, Murray revela uma abordagem eclética do jazz, não apenas pelas linguagens musicais que nela confluem, mas, também, pelo facto de se aventurar por outros territórios artísticos," lê-se na página *Jazz.pt*. O grupo editou, já este ano, o novo álbum "Birdly Serenade".

Pelo Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo vão passar outros músicos e outros projetos, a começar pela Orquestra Angrajazz. Constituída em 2002, a Orquestra é o projeto de formação da Associação Cultural Angrajazz. Tem direção musical dos professores Pedro Moreira e Claus Nymark. Com sessões de trabalho e workshops regulares, assume-se como a principal "escola" de formação de músicos de jazz na Região, contribuindo em muito para que se possa considerar o Angrajazz como o mais importante meio de divulgação de jazz nos Açores.

Na 26.^a edição do festival, a orquestra apresentará, no primeiro dia do festival, o resultado de mais um ano de formação, tendo como músico convidado João Ribeiro, interpretando um repertório variado,

que, para além de outros temas, evoca a passagem pela Ilha Terceira, há exatamente 80 anos, de Frank Sinatra.

Jazz na rua

Este ano, o festival terá, de novo, o **Jazz na Rua**, proporcionando animação em vários locais públicos do centro da cidade. Assim, entre 26 de setembro e 4 de outubro, decorrerão diariamente concertos de entrada livre, por dois grupos locais e um grupo misto (músicos locais e do Continente), em vários locais de Angra do Heroísmo.

Inseridas no **Jazz na Rua**, terão também lugar duas sessões de divulgação destinadas a alunos das escolas secundárias, que se realizarão na Biblioteca Pública Luís da Silva Ribeiro (grupo local) e no Auditório da Escola Tomás de Borba (grupo do Continente). Está, ainda, prevista uma sessão de formação orientada pelo grupo do Continente, destinada primordialmente a músicos e estudantes de música residentes na Ilha.

O programa do Angrajazz inclui ainda as atuações do Stefano di Battista Quintet (dia 2), dos Samuel Lerchet Trio e Ekep Nkwelle Quartet (dia 3) e a banda Artemis (dia 4). Batizada em homenagem à deusa grega da caça, a banda multinacional e multigeracional Artemis integra a pianista Renée Rosnes, a trompetista Ingrid Jensen, a saxofonista tenor Nicole Glover, a baixista Noriko Ueda e a baterista Allison Miller. O terceiro disco do grupo, "Arboresque", foi lançado em fevereiro de 2025. ●

+ info: <https://angrajazz.com>

Prémio Literário Vitorino Nemésio

António Manuel dos Santos Avelar é o vencedor da primeira edição do **Prémio Literário Vitorino Nemésio**. Natural da ilha Terceira, residente em Lisboa, antigo professor universitário, obteve o 1.º lugar do concurso com o romance "Irma". Com mais de 400 candidaturas submetidas de diversos pontos da lusofonia, a primeira edição do Prémio Literário Vitorino Nemésio, além de distinguir o vencedor, atribuiu uma Menção Honrosa ao concorrente Natanilson Pereira Campos, escritor brasileiro, natural do Maranhão, autor do romance "As Cercanias do Silêncio". Este Prémio Literário, criado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reafirma um compromisso com a valorização do património cultural e literário da Região, homenageando uma das suas maiores figuras. Como destaca a imprensa açoriana, a primeira edição, realizada entre 6 de janeiro e 7 de março de 2025, "superou todas as expectativas, reunindo candidaturas de vários países da lusofonia como Portugal, Brasil, Moçambique, Angola e ainda da Suíça". ●

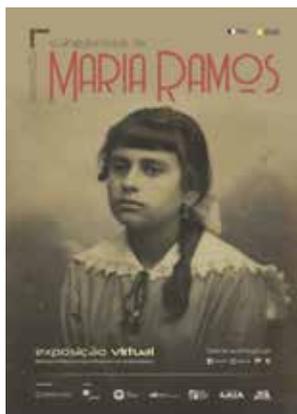


Ateliers/Cursos/Workshops

Oficina para Adultos "BOOO! Um Susto de Feltro" Artesanato em Feltro

A quarta edição da Oficina para Adultos, deste ano, terá lugar nos dias **13, 20 e 27 de outubro**, na Casa Manuel de Arriaga, como vem sendo hábito. Durante três sessões, serão elaboradas peças decorativas em artesanato em feltro sob o tema do Halloween. Desta vez, em parceria com a Junta de Freguesia das Angústias, teremos Silvína Cardoso, que, pela experiência adquirida ao longo dos anos, aceitou transmitir os seus conhecimentos aos participantes e divulgar a arte de trabalhar em feltro. ●

Museu da Horta – Casa Manuel de Arriaga
até 27 de outubro de 2025



Exposição "A Singularidade de Maria Ramos"

Pode ser visitada, até **31 de dezembro**, a exposição "A Singularidade de Maria Ramos," organizada pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro (BPARLSR), na cidade de Angra do Heroísmo (ilha Terceira). A iniciativa, que conta com a colaboração de diversas entidades particulares e institucionais, «ganha uma vertente inovadora com a sua adaptação ao formato virtual», como sublinham os organizadores, que acrescentam: "Esta versão *online* permite que o público explore, de forma interativa, a vida e obra de Maria Ramos, uma artista e bióloga de grande

relevância para a história da ilha Terceira. A vertente virtual da exposição oferece uma oportunidade única para aqueles que não puderam visitar fisicamente o espaço Arte & Debates da BPARLSR e permite conhecer a documentação inédita e o conjunto de peças artísticas que estiveram expostas. Com esta adaptação, a exposição virtual amplia o alcance da obra de Maria Ramos, permitindo que um público mais vasto tenha acesso à singularidade desta artista que cultivou tanto as artes quanto as ciências." ●

+ info: <https://bparlsr.azores.gov.pt/destaque/exposicao-virtual-a-singularidade-de-maria-ramos>

Exposição "A ilha de Sam Nunca", de Andrea Santolaya

Até **16 de novembro** próximo, pode ser visitada, no Museu Carlos Machado (núcleo de Santo André), em Ponta Delgada, a exposição-instalação "A ilha de Sam Nunca", de Andrea Santolaya, natural de Madrid, que reúne fotografias captadas entre 2017 e 2024. "Trata-se de uma caminhada-périplo, em que, através da fotografia, a artista constrói uma narrativa sobre as ilhas açorianas. São imagens com uma enorme carga dramática e psicológica, que "falam" sobre a força dos elementos da natureza, a fragmentação do território, a beleza, a crueza, as interações humanas e comunitárias — os rituais, as crenças, o sagrado," segundo a curadora da exposição Maria Emanuel Albergaria, que acrescenta: "Estas fotografias expressam a sensibilidade etnográfica e a capacidade relacional da fotógrafa, o seu cuidado no uso da câmara, a forma como se aproxima e capta o lugar: a agitação dos elementos, a vida dos seus habitantes — pessoas, animais, plantas, rochas, mar. As suas imagens criam-nos relações de envolvimento, de emoção e de espanto perante este "mundo" tão particular, simultaneamente encantatório e cru". ●



A ilha de Sam Nunca



Até **16 de novembro** próximo, pode ser visitada, no Museu Carlos Machado (núcleo de Santo André), em Ponta Delgada, a exposição-instalação "A ilha de Sam Nunca", de Andrea Santolaya, natural de Madrid, que reúne fotografias captadas entre 2017 e 2024. "Trata-se de uma caminhada-périplo, em que, através da fotografia, a artista constrói uma narrativa sobre as ilhas açorianas. São imagens com uma enorme carga dramática e psicológica, que "falam" sobre a força dos elementos da natureza, a fragmentação do território, a beleza, a crueza, as interações humanas e comunitárias — os rituais, as crenças, o sagrado," segundo a curadora da exposição Maria Emanuel Albergaria, que acrescenta: "Estas fotografias expressam a sensibilidade etnográfica e a capacidade relacional da fotógrafa, o seu cuidado no uso da câmara, a forma como se aproxima e capta o lugar: a agitação dos elementos, a vida dos seus habitantes — pessoas, animais, plantas, rochas, mar. As suas imagens criam-nos relações de envolvimento, de emoção e de espanto perante este "mundo" tão particular, simultaneamente encantatório e cru". ●

+info: <https://museucarlosmachado.azores.gov.pt/pt>

Exposição "Três ilhas no contexto dos dois conflitos mundiais do século XX"

A exposição fotográfica, inserida na conferência "Três ilhas no contexto dos dois conflitos mundiais do século XX," pretende realçar as relações sociais e económicas que se firmaram entre norte-americanos e açorianos, nas três ilhas onde se estabeleceram as bases militares. Documenta, igualmente, a importância que teve a construção do Aeroporto de Santa Maria, em 1944. ●

Atlântida Cine – SANTA MARIA, até 2025-10-06



Até **11 de fevereiro de 2026**, o **Ecomuseu do Corvo** dá continuidade à atividade de recolha participativa e sistematização do léxico corvino, intitulada "Falar Corvino". Com esta atividade, iniciada em 2022, sustentada no conhecimento da comunidade corvina, pretende-se conhecer o património linguístico da ilha e garantir o seu registo e divulgação às gerações vindouras. Esta atividade decorre paralelamente com a recolha participativa do património móvel do Corvo, pois o léxico está associado, também, às atividades e utensílios ligados à tecelagem, à agricultura e à pesca. Todas as recolhas estão a ser organizadas e divulgadas online no seguinte link: <https://padlet.com/ecomuseu/5zdomsu4rcejijqy> ●

Exposição coletiva de pintura "A Magia da Cor"

Com curadoria de António Ferreira Pinto, está patente, na Sala do Forno do Centro Municipal de Cultura de Ponta Delgada, uma exposição coletiva de 11 artistas, subordinada ao tema "A Magia da Cor". O certame, que pode ser visitado até **25 de setembro**, contempla um conjunto de trabalhos executados em acrílico sobre tela, abrangendo uma temática naturalista, onde predominam, com particular relevo, as belezas das ilhas açorianas. Podem ser apreciados trabalhos de Anabela Furtado, Catarina Francisco, Céu Lopes, Dolores Resende, Ema Mendonça, Helena Amaral, Helena Comédias, Isabel Barbosa, Margarida Paço, Sara Monteiro e Sónia Braga. A entrada é livre. ●

2.ª a 6.ª feira - 09h00 às 17h00 | Sábados - 14h00 às 17h00 | Domingos e feriados – encerrado





CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA PORTUGUESA

**Liberdade, Democracia,
Autonomia e
Solidariedade Social**

Cumprir o direito à educação!